



Programa		Número de Ações 13	
2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil			
Ação Orçamentária		Tipo: Operações Especiais	
0473 - Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)			
Esfera: 10 - Orçamento Fiscal		Função: 28 - Encargos Especiais	Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais
UO: 28904 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - Unidade Responsável: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social			

Descrição

Honra dos avais das operações seguradas, até o limite ajustado, que estejam inadimplentes e cujo pagamento tenha sido pedido pelo agente financeiro responsável pela operação.

Forma de Implementação: Linha de Crédito;

Detalhamento da Implementação

Garantia de financiamentos executados segundo critérios técnicos/financeiros do BNDES. O aval é honrado em função das condições (prazos, contrapartidas) estipuladas em cada contrato, havendo posterior investigação/avaliação das condições dessa inadimplência.

Localizador (es)

0001 - Nacional

Base Legal da Ação

Lei nº 9.531/97; Decreto nº 2.509/98; e Decreto nº 3.113/99.

Ação Orçamentária		Tipo: Projeto	
15EW - Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Empresas			
Esfera: 10 - Orçamento Fiscal		Função: 23 - Comércio e Serviços	Subfunção: 691 - Promoção Comercial
UO: 20101 - Presidência da República Unidade Responsável:			

Produto: Serviço disponibilizado **Unidade de Medida:** unidades por ano

Descrição

Implantação do processo simplificado e integrado de abertura e legalização de empresas e os demais serviços do Portal Empresa Simples, bem como dos sistemas e ferramentas institucionais, oferecendo soluções de apoio à competitividade empresarial, como a Praça Eletrônica de Negócios, que auxiliará micro e pequenas empresas na catalogação de seus produtos, identificação de oportunidades de negócios, obtenção de crédito e acesso a mercados, à inovação e a certificações, bem como à Justiça e a ferramentas de gestão.

Forma de Implementação: Direta; Descentralizada;

Detalhamento da Implementação

Contratação de empresas prestadoras de serviços de desenvolvimento, integração, manutenção e operação de sistemas e aplicativos de tecnologia da informação, visando a disponibilização dos serviços que atendam às especificações da descrição e do produto da ação, e de serviços de apoio como a realização de treinamento e de aquisição de equipamentos de infraestrutura tecnológica. A implementação da ação será por meio de formalização de acordos, convênios ou congêneres; especificação, desenvolvimento, hospedagem e manutenção de sistemas e aplicativos de tecnologia da informação; contratação de empresas prestadoras de serviço.

Localizador (es)

0001 - Nacional

Base Legal da Ação

Lei nº 12.792/2013; Decreto nº 8001/2013; Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014; Lei nº 11.598/2007.

Ação Orçamentária		Tipo: Atividade	
2031 - Serviços de Registro e Legalização de Empresas			
Esfera: 10 - Orçamento Fiscal		Função: 23 - Comércio e Serviços	Subfunção: 691 - Promoção Comercial



UO: 20101 - Presidência da República

Unidade Responsável:

Produto: Ato registrado

Unidade de Medida: unidade

Descrição

Manutenção e modernização das atividades de serviços de registro e legalização de empresas, em especial os sistemas e ferramentas institucionais; supervisão e coordenação, no plano técnico, dos órgãos incumbidos da execução desses serviços, visando modernizar os processos de registro e legalização de empresas. Apoio à competitividade empresarial por meio da simplificação e redução de obrigações estatais.

Forma de Implementação: Direta; Descentralizada;

Detalhamento da Implementação

Formular, coordenar, articular e implementar planos de ação, políticas e diretrizes voltadas à integração para o Registro e a Legalização de Empresas, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais e municipais; especificação de sistemas de informação, propondo normas e executando treinamentos; implementação e execução sistemática de coleta e tratamento de informações e estatísticas; proposição e implementação de projetos, ações, convênios e programas de cooperação, em articulação com o setor privado, entidades e organismos, nacionais e internacionais; coordenação dos órgãos incumbidos da execução dos serviços do Registro Público de Empresas; coordenação, manutenção e a atualização do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis; e demais atribuições decorrentes do Decreto no 1.800, de 30 de janeiro de 1996. Aprimoramento, revisão e atualização das obrigações administrativas, trabalhistas, previdenciárias e tributárias, visando racionalizar e simplificar as exigências legais e aumentar a transparência do Estado. Mapeamento de obrigações legais existentes dos atores envolvidos nos três entes da federação; proposição de melhorias na legislação; levantamento de diferentes cenários e sua viabilidade técnica, política e jurídica, em função do potencial de benefício para os micro e pequenos empresários; preparação de propostas de normas, no âmbito legal e infralegal; e consolidação e interpretação das normas existentes.

Localizador (es)

0001 - Nacional

Base Legal da Ação

Lei nº 12.792/2013, Decreto nº 8.001/2013, Lei nº 11.598/2007, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei nº 11.101/2005, Lei nº 10.406 de 10/01/2002, Decreto nº 1.800/1996 e Lei nº 8.934/1994.

Ação Orçamentária

Tipo: Atividade

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

Esfera: 10 - Orçamento Fiscal

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 691 - Promoção Comercial

UO: 20101 - Presidência da República

Unidade Responsável:

Produto: Empresa apoiada

Unidade de Medida: unidade

Descrição

Execução de atividades de apoio e desenvolvimento de projetos que permitam o aumento da lucratividade dos microempreendedores individuais, dos artesãos, das micro e pequenas empresas; qualificação dos artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais; assessoramento, orientação, formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, visando o fortalecimento e expansão desses segmentos.

Forma de Implementação: Direta; Descentralizada;

Detalhamento da Implementação

Celebração de Parcerias, elaboração de legislação regulamentar e infra regulamentar, para apoio à competitividade das MPE's e dos artesãos.

Localizador (es)

0001 - Nacional

0022 - No Estado do Piauí

0026 - No Estado de Pernambuco

0032 - No Estado do Espírito Santo

0043 - No Estado do Rio Grande do Sul

0053 - No Distrito Federal

3928 - No Município de São Paulo - SP



5555 - No Município de Mara Rosa - GO
7010 - Apoio a SDE/CE - No Estado do Ceará

Base Legal da Ação

Lei nº 12.792/2013, Decreto nº 8001/2013, Lei nº 10.683/2003, Decreto nº 1.508/1995, Lei Complementar nº 123/2006.

Ação Orçamentária		Tipo: Atividade	
215D - Integração de Cadastros e de Acessos aos Serviços Públicos Eletrônicos (Bem Mais Simples Brasil)			
Esfera: 10 - Orçamento Fiscal	Função: 14 - Direitos da Cidadania	Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	
UO: 20101 - Presidência da República	Unidade Responsável:		

Produto: Serviço disponibilizado **Unidade de Medida:** unidade

Descrição

Integração dos serviços públicos eletrônicos voltados ao cidadão, mediante a implantação de um Portal Único, de forma a garantir aos usuários a segurança, agilidade e facilidade no acesso aos serviços disponibilizados e realizar suporte administrativo para o funcionamento do Conselho Deliberativo e do Comitê Gestor do Programa Bem Mais Simples Brasil.

Forma de Implementação: Direta; Descentralizada;

Detalhamento da Implementação

A implementação da ação será por meio de formalização de acordos, convênios ou congêneres; especificação, desenvolvimento, hospedagem e manutenção de sistemas e aplicativos de tecnologia da informação. Apoio a simplificação e mapeamento de obrigações existentes para a prestação de serviços públicos; proposição de mecanismos para simplificação; levantamento de diferentes cenários e sua viabilidade técnica, política e jurídica, em função do potencial de benefício para os micro e pequenos empresários; preparação de propostas de normas, no âmbito legal e infralegal; consolidação e interpretação das normas existentes; e suporte administrativo para o funcionamento do Conselho Deliberativo e do Comitê Gestor do Programa Bem Mais Simples Brasil.

Localizador (es)

0001 - Nacional

Base Legal da Ação

Decreto nº 8.414, de 26 de fevereiro de 2015.